

Município de  
Cabeceiras de Basto



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

CONTAS  
CONSOLIDADAS

2015

## 1. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

### 1.1 - INTRODUÇÃO

Em cumprimento do estabelecido no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, vem o Município de Cabeceiras de Basto apresentar as contas consolidadas relativas ao ano económico de 2015.

O artigo 75.º do citado diploma legal, prevê a obrigatoriedade de os municípios apresentarem contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas. O grupo autárquico é composto pelo Município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que esse controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

O objetivo das contas consolidadas é expressar a posição de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal.

Assim, teremos uma visão global da atividade e do equilíbrio financeiro do município, incluindo os setores que controla indiretamente.

No caso do Município de Cabeceiras de Basto, o perímetro de consolidação estende-se à Empresa Municipal Emunibasto, E.E.M. (detida a 100% pelo Município), à Régie Cooperativa Basto Vida (detida em 80% pelo Município) e à Régie Cooperativa Terra Mais Verde (que embora seja detida pelo município em 40%, indiretamente detém a maioria de capital, já que a Empresa Municipal Emunibasto, E.E.M., é detentora de 25%).

De referir, que no ano de 2014, houve uma alteração do perímetro de consolidação, decorrente da aplicação do disposto no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro e instruções do SATAPOCAL, sobre esta matéria. Desta forma o perímetro de consolidação foi alargado à Basto Vida e Régie Cooperativa Terra Mais Verde, desde o ano de 2014.

### 1.2- ACTIVIDADES

Ao longo do ano de 2015, a **atividade municipal** foi a que decorreu do cumprimento dos documentos aprovados pela Câmara e pela Assembleia Municipal no final de 2014, ou seja, o Plano de Atividades e Orçamento para o exercício de 2015 que conferiram ao executivo municipal a legitimidade para realizar um conjunto de ações, obras e iniciativas que tiveram como objetivo a promoção do desenvolvimento local e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Neste ano de 2015 o Município continuou a trabalhar na candidatura do NOSSO MOSTEIRO à Lista Indicativa do Património Cultural da Humanidade da UNESCO e, nessa medida, continuou-se a investir na conservação, beneficiação e restauro do Mosteiro, muito particularmente, da Igreja de S. Miguel de Refojos. Entre outras ações, destaca-se o restauro dos quatro altares da nave central da Igreja.

Também a realização do Seminário Internacional sob o tema: “A Ordem Beneditina, o papel dos mosteiros e o património da UNESCO”, em junho, resultou num enorme sucesso de promoção do NOSSO MOSTEIRO, quer pelos contributos dados por ilustres oradores nacionais e internacionais, quer pela adesão de participantes vindos de diversos pontos do país.

No ano de 2015 foram muitas as obras de melhoria das acessibilidades, de reparação e manutenção de edifícios, equipamentos e espaços públicos, de ampliação, conservação e manutenção de infraestruturas básicas de água, saneamento, águas pluviais, eletricidade. Para além dessas intervenções, destaca-se o reforço da recolha de resíduos sólidos ou a atenção permanente na melhoria do serviço de abastecimento de água com resultados francamente positivos na quantidade e qualidade deste bem precioso distribuído às populações. Conclui-se a Variante à EN 205, entre a rotunda de Lameiros e a rotunda de Barbeito, completando desta forma o conjunto de variantes que permitem uma ligação rápida da Vila de Cabeceiras de Basto ao nó da autoestrada A7, no Arco de Baúlhe. Repavimentou-se o troço da EN 205 entre a rotunda da Cachada e a ponte da Ranha. Substituiu-se a cobertura da Piscina Coberta de Refojos no âmbito da melhoria da eficiência energética daquele equipamento. Conclui-se a requalificação urbanística da rotunda de Barbeito com um elemento alusivo ao Mosteiro de S. Miguel de Refojos, dando assim início ao embelezamento destas infraestruturas rodoviárias, situadas na zona nascente e sul da Vila sede do concelho, que ordenam a circulação nos pontos de interseção de estradas e aumentam a segurança rodoviária.

Ao longo do ano foram realizadas iniciativas económicas, culturais, desportivas e de lazer que estavam previstas na agenda cultural do Município elaborada nos termos do compromisso assumido no Plano de Atividades e Orçamento e que mais à frente se encontram discriminadas. Contudo destacamos os onze dias de Feira e Festas de S. Miguel, as Festas do Concelho cujo programa muito diversificado atraiu a Cabeceiras de Basto, como habitualmente, milhares de forasteiros e o vasto programa de Natal que animou o mês de dezembro sob o lema: “Cabeceiras de Basto – Um Lugar Mágico”. Destacamos aqui também o magnífico trabalho cultural realizado pelo Centro de Teatro da Câmara Municipal que tem envolvido largas centenas de Cabeceirenses. Espetáculos como “Carolina e os Cinco Reinos” levada à cena no âmbito das comemorações do 25 de abril, a “Bruxa de Monte Córdova” nos Claustros do Mosteiro no decurso do I Seminário Internacional ou o “Provisório” levado a todas as freguesias, representações sempre com lotação esgotada, são exemplo do interesse que esta manifestação cultural tem despertado nos Cabeceirenses.

O ano letivo não trouxe novidades quanto a encerramentos de estabelecimentos escolares, mantendo-se abertos todos os que funcionaram no ano letivo anterior. Mantivemos os apoios às famílias das crianças e jovens no que diz respeito à concessão de apoios financeiros para material pedagógico e livros, bolsas de estudo, transportes e refeições escolares, prolongamentos de horários e atividades de enriquecimento curricular.

Através da Comissão Municipal de Proteção de Pessoas Idosas e dos serviços municipais de ação social, organizou-se diversas iniciativas de informação, sensibilização e prevenção junto das populações seniores e das crianças, aproveitando algumas celebrações de efemérides ou programas que contaram também com a colaboração da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, da GNR, da Polícia Municipal, do Centro de Saúde, entre outros.

No que à prestação de contas diz respeito, o Município de Cabeceiras de Basto apresenta resultados positivos, evidenciando o reforço da consolidação do equilíbrio financeiro dos últimos anos.

A **Emunibasto E. E. M.**, durante o ano de 2015, esteve em processo de liquidação e encontra-se neste momento em fase de conclusão do procedimento administrativo de dissolução na conservatória do registo comercial, e conseqüentemente a sua dissolução durante o ano de 2016.

A **Basto Vida**, ao longo do ano de 2015, realizou diversas atividades e iniciativas, em todas as áreas da sua intervenção, nomeadamente, ação social e saúde, educação e formação, iniciativas socioculturais, prestações de serviços e parcerias institucionais, destacando-se a Festa da Saúde, o Encontro/Concurso de Quadras de S. Martinho e a Festa de Natal dos ECL's.

Com a sua atividade pretendeu dar resposta e apoiar as famílias, no sentido de aumentar a qualidade de vida das populações, promovendo um envelhecimento ativo, saudável e sustentado, através do funcionamento dos quinze Espaços de Convívio e Lazer, da dinamização do Posto Móvel de Atendimento ao Cidadão, que presta serviços administrativos, de apoio e de saúde nas diferentes freguesias, bem como através dos projetos "Ouvir Cabeceiras de Basto a Sorrir", programas "EquoVida", "Livros Sociais" e "Medicamentos Sociais", entre outros.

Relativamente à **Terra Mais Verde**, esta régie cooperativa não realizou atividades de caráter relevantes, apenas de mero expediente.

### 1.3 – ANÁLISE DO BALANÇO

A estrutura patrimonial do grupo Municipal de Cabeceiras de Basto, bem como a sua evolução entre exercícios, está representada no Balanço apresentado, através do Ativo, Passivo e Fundos Próprios, que representam, respetivamente, os bens e direitos do Município, as suas obrigações e responsabilidades para com terceiros e o seu património.

O Ativo Líquido do grupo ascendeu, no final de 2015, a 97,5 milhões de euros, já considerado o montante relativo a acréscimos e diferimentos, representativos de direitos a receber em exercícios seguintes.

O Ativo Líquido é constituído em grande parte por bens do domínio público (38%) e Imobilizações corpóreas (56%). Da análise da rubrica bens de domínio público verificamos que esta é constituída essencialmente por construções e infraestruturas, nomeadamente a Rede Viária, Rede de Abastecimento de Água e Rede de Saneamento. No que concerne às imobilizações corpóreas, verifica-se que as rubricas mais relevantes respeitam a Edifícios e outras construções, designadamente as Escolas, os Edifícios Culturais (Casa da Música, Casa da Cultura, Biblioteca, outros) e Equipamentos Desportivos (Pavilhões Desportivos, Piscinas, Centro Hípico, entre outros), bem como imobilizações em curso, das quais destacamos as seguintes obras: Beneficiação de edifícios municipais, infraestruturas em equipamentos desportivos, de recreio e lazer, abastecimento de água, construção de parques industriais, iluminação pública e rede viária.

Os fundos próprios apresentam, no final de 2015, o montante de 56,8 milhões de euros.

As dívidas de longo prazo e os proveitos diferidos são as rubricas mais significativas do passivo e representam 15% e 79%, respetivamente. As dívidas de longo prazo respeitam a empréstimos bancários contraídos pelo município.

No que respeita a liquidação de empréstimos, no ano de 2015 foram pagos 774 mil euros, sendo 70 mil euros destinados ao pagamento de juros, e os restantes 704 mil euros a amortização de capital. Os proveitos diferidos respeitam a subsídios ao investimento.

O balanço consolidado evidencia a existência de equilíbrio financeiro a curto e longo prazo uma vez que o ativo circulante é superior ao passivo de curto prazo e o ativo fixo é superior ao passivo de longo prazo.

#### 1.4 – ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A demonstração de resultados por natureza permite observar a atividade do grupo Municipal de Cabezeiras de Basto, numa ótica de custos e proveitos incorridos durante o período em análise, evidenciando-os de maneira a permitir uma rápida constatação do montante e da forma como foi gerado o resultado obtido no exercício.

A demonstração de resultados apresenta um resultado líquido negativo na ordem de 1.258.589 euros.

A estrutura de custos é moldada essencialmente pelas rubricas de custos com pessoal (37%), amortizações (29%) e fornecimentos e serviços externos (22%). Os proveitos relevam as transferências e subsídios (60%), impostos e taxas (15%) e prestações de serviços (13%).

#### 1.5 – ANÁLISE DOS FLUXOS DE CAIXA

O mapa de fluxos de caixa discrimina os recebimentos e pagamentos associados à execução do orçamento, desagregados de acordo com a classificação económica corrente e de capital, assim como das operações de tesouraria. Evidencia ainda os saldos da gerência anterior e para a gerência seguinte, de acordo com a sua proveniência (execução orçamental ou operação de tesouraria).

O rigor com que o orçamento foi executado permitiu continuar, à semelhança dos anos anteriores, a manter o Equilíbrio Orçamental das contas do Município, com as receitas correntes superiores às despesas correntes.

A receita cobrada em 2015 cifrou-se em 14,4 milhões de euros, dos quais 12,2 milhões respeitam a receitas de natureza corrente e 2,2 milhões a receitas de capital. De notar que as receitas dependem essencialmente das transferências da Administração Central e de Fundos Comunitários.

O total da despesa realizada em 2015 ascendeu a 13 milhões de euros, dos quais 9,6 milhões respeitam a despesa de natureza corrente e 3,4 milhões a despesa de capital.

Destacamos as transferências e subsídios concedidos pelo Município para a Régie- Cooperativa Basto Vida, Freguesias, Instituições, Associações e Clubes, atingiram o valor de 951 mil euros, o que representa o esforço de colaboração da Câmara Municipal com os agentes sociais locais, aumentando a sua autonomia e viabilizando desta forma a realização de inúmeras iniciativas e obras que se traduzem numa efetiva melhoria das condições de trabalho dessas instituições e na promoção da qualidade de vida da população do concelho.

Verifica-se que as receitas orçamentais correntes são superiores às despesas correntes, o que permitiu transferir 2,5 milhões de euros de verbas de receitas correntes, para investimento em obras.

#### 1.6 – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS ENCERRAMENTO

Não ocorreram factos relevantes após o encerramento do exercício que mereçam ser relatados.

#### 1.7 – PREVISÃO/EVOLUÇÃO FUTURA

O Grupo Municipal passará a ser constituído pelo Município de Cabeceiras de Basto, a Régie Cooperativa Basto Vida e a Régie Cooperativa Terra Mais Verde, uma vez que a Empresa Municipal Emunibasto, EEM, já apresentou o encerramento de contas e relatório de liquidação, que foi presente à reunião do Executivo Municipal de 27 de março de 2015 e aprovada na Assembleia Municipal de 27 de abril de 2015, encontrando-se neste momento em fase de conclusão do procedimento administrativo de dissolução e liquidação na conservatória do registo comercial, e consequentemente a sua dissolução durante o ano de 2016, de referir que no ano de 2015 a Emunibasto não apresentou contas, visto já ter apresentado o encerramento de contas.

2-BALANÇO CONSOLIDADO

Código das Contas	Activo	Exercícios			
		AB	2015 AP	AL	2014 AL
<b>Imobilizado:</b>					
<b>Bens de domínio público:</b>					
451	Terrenos e recursos naturais	678.903		678.903	678.903
452	Edifícios				
453	Outras construções e infraestruturas	70.386.809	36.235.453	34.151.356	34.589.218
455	Bens do património histórico, artístico e cultural				
459	Outros bens de domínio público	964.305	107.585	856.720	863.281
445	Imobilizações em curso	1.617.707		1.617.707	1.826.857
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		73.647.724	36.343.037	37.304.687	37.958.259
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>					
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento				
433	Propriedade industrial e outros direitos				
439	Outras				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
<b>Imobilizações corpóreas:</b>					
421	Terrenos e recursos naturais	5.995.332		5.995.332	5.796.032
422	Edifícios e outras construções	39.950.520	4.304.631	35.645.889	35.918.904
423	Equipamento básico	853.238	621.574	231.664	270.174
424	Equipamento de transporte	1.684.089	1.485.369	198.720	162.236
425	Ferramentas e utensílios	45.092	31.157	13.935	811
426	Equipamento administrativo	1.582.192	1.375.546	206.646	136.273
427	Taras e vasilhame				
428	Grandes Reparações	407.899		407.899	407.899
429	Outras imobilizações corpóreas	3.401.584	2.694.286	707.298	888.184
442	Imobilizações em curso	10.837.600		10.837.600	11.272.980
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas				
		64.757.546	10.512.564	54.244.982	54.853.493
<b>Investimentos financeiros:</b>					
411	Partes de capital	111.540		111.540	110.424
412	Obrigações e títulos de participação	572.851		572.851	
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		684.390		684.390	110.424
<b>Circulante:</b>					
<b>Existências:</b>					
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	324.422		324.422	327.708
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produtos acabados e intermédios				
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				
		324.422		324.422	327.708
<b>Dívidas de terceiros - curto prazo:</b>					
28	Empréstimos concedidos				
211	Cliente, c/c	29.426		29.426	25.529
212	Contribuintes, c/c	295		295	
213	Utentes, c/c	140.384		140.384	147.605
2177	Cauções diversas	0		0	3.162
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvi	146.813	146.813	0	148.119
251	Devedores pela execução do orçamento	0			
229	Adiantamentos a fornecedores	0		0	12.390
2619	Adiantamentos a fornecedores do imobilizado	0			
24	Estado e outros entes públicos	587		587	594
264	Administração autárquica	0			
52+263+267+21	Outros devedores	922.660		922.660	1.142.777
		1.240.165		1.093.352	1.480.176
<b>Títulos negociáveis:</b>					
151	Acções				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos da dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
<b>Depósitos em instituições financeiras e caixa:</b>					
12	Depósitos em instituições financeiras	2.701.581		2.701.581	1.251.681
11	Caixa	6.389		6.389	35.023
		2.707.970		2.707.970	1.286.705
<b>Acréscimos e diferimentos:</b>					
271	Acréscimos de proventos	1.135.508		1.135.508	994.974
272	Custos diferidos	23.796		23.796	17.546
		1.159.304		1.159.304	1.012.519
	<b>Total de amortizações</b>		46.855.601		
	<b>Total de provisões</b>		146.813		
	<b>Total do activo</b>	<b>144.521.521</b>	<b>47.002.415</b>	<b>97.519.107</b>	<b>97.029.285</b>

Código das Contas POCAL	Fundos Próprios e Passivo	Exercícios	
		2015	2014
<b>Fundos Próprios:</b>			
51	Património	50.157.571	50.157.571
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
Reservas:			
571	Reservas legais	195.115	194.821
572	Reservas estatutárias	6.385	6.091
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações	81.927	81.927
577	Reservas decorrentes de transferências de activos		
578	Edifícios Escolares (DL)	1.845.609	1.845.609
59	Resultados transitados	5.722.055	6.150.874
88	Resultado líquido do exercício	-1.262.254	-797.859
	Interesses Minoritários	69.189	65.523
<b>Total dos fundos próprios</b>		<b>56.815.596</b>	<b>57.704.556</b>
<b>Passivo:</b>			
	Provisões para riscos e encargos	759.117	
	Dívidas de Longo Prazo	6.380.867	7.084.521
		<b>7.139.984</b>	<b>7.084.521</b>
<b>Dívidas a terceiros - Curto prazo:</b>			
2311	Empréstimos de curto prazo		
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c	103.790	100.199
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		
252	Credores pela execução do orçamento		
216+217+219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0	138.279
261	Fornecedores de imobilizado, c/c	12.952	493.861
24	Estado e outros entes públicos	194.810	209.818
264	Administração autárquica		
282+283+287+288	Outros credores	793.237	285.423
217+28131	Garantias e caução	583.724	
		<b>1.688.513</b>	<b>1.227.580</b>
<b>Acréscimos e diferimentos:</b>			
273	Acréscimos de custos	728.792	764.368
274	Proveitos diferidos	31.146.221	30.248.260
		<b>31.875.013</b>	<b>31.012.628</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>40.703.510</b>	<b>39.324.729</b>
<b>Total dos fundos próprios e do passivo</b>		<b>97.519.107</b>	<b>97.029.285</b>



## 3 – DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZA

Código das Contas	Designação	Exercícios	
		2015	2014
<b>Custos e Perdas</b>			
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		
	Mercadorias	5.038	4.971
	Matérias		4.971
62	Fornecimentos e serviços externos		2.853.032
	Custos com pessoal:		
641+642	Remunerações	4.441.127	5.100.420
643 a 648	Encargos sociais	1.089.054	6.448.119
63	Transferências e subsídios correntes concedidos e prest. sociais		30.745
66	Amortizações do exercício		4.140.859
67	Provisões do exercício		0
65	Outros custos e perdas operacionais		86.330
	(A) Custos e perdas operacionais		13.564.056
68	Custos e perdas financeiros	127.225	157.506
	(C) Custos e perdas correntes		13.721.563
69	Custos e perdas extraordinários	355.531	338.903
	(E) Custos e perdas do exercício		14.060.465
88	Resultado líquido do exercício	-1.258.589	-798.290
<b>Proveitos e ganhos</b>			
Vendas e prestações de serviços:			
7111	Vendas de mercadorias		7.062
7112+7113	Vendas de produtos		380.032
712+713	Prestação de serviços		1.316.754
72	Impostos e taxas	2.115.858	2.137.462
	Variação da produção		
75	Trabalhos para a própria entidade	499.979	324.296
73	Proveitos suplementares		
74	Transferências e subsídios obtidos	8.302.811	8.370.145
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	66.928	8.476
	(B) Proveitos e ganhos operacionais		12.544.226
78	Proveitos e ganhos financeiros	18.813	13.568
	(D) Proveitos e ganhos correntes		12.557.793
79	Proveitos e ganhos extraordinários	699.912	704.382
	(F) Proveitos totais		13.262.175
<b>RESUMOS</b>		<b>31.12.2015</b>	<b>31.12.2014</b>
Resultados operacionais (B) - (A) =		-1.494.558	-1.019.830
Resultados financeiros (D-B) - (C-A) =		-108.412	-143.939
Resultados correntes (D) - (C) =		-1.602.970	-1.163.769
Resultado líquido do exercício		-1.258.589	-798.290
Interesses Minoritários		3.666	-431
Resultado líquido após Interesses Minoritár		-1.262.254	-797.859

4- MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da gerência anterior	1.286.705€	Despesas orçamentais	12.987.467€
Execução orçamental	500.219€	Correntes	9.617.140€
Operações de tesouraria	786.486€	Capital	3.370.328€
Receitas	14.405.039€	Operações de Tesouraria	1.483.362€
Correntes	12.152.731€	Saldo para a gerência seguinte	2.707.979€
Capital	2.252.288€	Execução orçamental	1.917.791€
Outras receitas	21€	Operações de tesouraria	790.187€
Operações de Tesouraria	1.487.064€		
<b>Total</b>	<b>17.178.808€</b>	<b>Total</b>	<b>17.178.808€</b>

5-ANEXOS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 46.º da Lei das Finanças Locais o Município de Cabeceiras de Basto vem apresentar o Anexo às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício económico de 2015.

5.1 – INFORMAÇÃO RELATIVAS ÀS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E A OUTRAS ENTIDADES PARTICIPADAS

a) Relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação:

DENOMINAÇÃO	SEDE	MOTIVO DE INCLUSÃO NA CONSOLIDAÇÃO
Município de Cabeceiras de Basto	Praça da República n.º 467 4860- 355 Cabeceiras de Basto	Entidade Mãe
Emunibasto, E.E.M.	Praça da República n.º 299 4860- 355 Cabeceiras de Basto	Capital diretamente detido a 100% pelo Município
BASTO VIDA- Serviços de Ação Social e Cuidados de Saúde, CRL	Bairro João Paulo II n.º 58 4860- 360 Cabeceiras de Basto	Capital diretamente detido a 80% pelo Município
REGIE COOPERATIVA – Terra Mais Verde	Praça da República 4860- 355 Cabeceiras de Basto	Capital diretamente detido a 40% pelo Município e indiretamente - 25% (detido pela Empresa Municipal Emunibasto, EEM)

FUNÇÃO	N.º FUNCIONÁRIOS			
	CMCB	EMUNIBASTO	Basto Vida	Terra Mais Verde
Dirigente Intermédio	5	0		0
Técnico Superior	24	0	19	0
Assistente Técnico	38	0	5	0
Assistente Operacional	118	0	64	0
Polícia Municipal	6	0	0	0
Pessoal Não Docente	92	0	0	0
Professores		0	29	0
Animadores		0	0	0
Outros	6	0	0	0
<b>Total</b>	<b>289</b>	<b>0</b>	<b>117</b>	<b>0</b>

*[Handwritten signatures and initials]*

**b) Relativamente às entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação:**

As seguintes entidades excluem-se do perímetro de consolidação por não se verificar a existência ou presunção de controlo por parte do Município de Cabeceiras de Basto.

DENOMINAÇÃO	SEDE	VALOR DA PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA	% CAPITAL DETIDO PELO MUNICÍPIO	RLE – ANO 2015
RESINORTE	Codessoso, Apartado 27 4890- 166 Celorico de Basto	70.348 €	0,88%	3.958.175 €
TCR-Desenvolvimento e Promoção de Turismo Cultural e Religioso, CRL	Av. General Norton de Matos n.º 50, 1º 4700-387 Braga	5.000 €	2,85%	Não possuímos elementos contabilísticos, embora os mesmos já tenham sido solicitados
ADREDT,SA	Apartado 60 4600 Amarante	29.327 €	4,45%	Não possuímos elementos contabilísticos, embora os mesmos já tenham sido solicitados
MUNICIPIA,SA	TAGUSPARK-Edif. Ciência II n.º 11 3.º B 2740-120 Porto Salvo	4.988 €	0,15%	35.349 €

## 5.2 – INFORMAÇÕES RELATIVAS À IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA

- a) Descrição dos casos em que a aplicação das normas de consolidação não seja suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas deem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação.

Nas presentes demonstrações financeiras consolidadas foram aplicadas as normas e respetivos procedimentos de consolidação de contas por se entender que refletem a imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e económica do município.

- b) Indicação das alterações ocorridas, no decurso do exercício, na composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação, com fundamentação do facto de se tratar ou não de uma alteração significativa.

Não ocorreram alterações ao perímetro de consolidação no exercício de 2015.

## 5.3 – INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

- a) Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra- contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas;

Os movimentos de consolidação efetuados resultam de:

## a.1) Eliminação das participações financeiras

## Emunibasto, EEM

DESIGNAÇÃO CONTA	2015		2014	
	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO
411 Partes de Capital		1.000.000		1.000.000
51 Património	1.000.000		1.000.000	
571 Reservas Legais				
59 Resultados transitados				
<b>TOTAL</b>	<b>1.000.000</b>	<b>1.000.000</b>	<b>1.000.000</b>	<b>1.000.000</b>

## Basto Vida

DESIGNAÇÃO CONTA	2015		2014	
	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO
411 Partes de Capital		2.000		2.000
51 Património	2.000		2.000	
5X Interesses Minoritários de Balanço		500		500
51 Património	500		500	
5X Interesses Minoritários de Balanço		3.141		1.472
8x Int Minoritários Dem Resultados	3.141		1.472	
5X Interesses Minoritários de Balanço		31.926		30.454
571 Res Legal	1.596		1.523	
572 Reservas Estatutárias	1.596		1.523	
59 Resultados Transitados	28.734		27.409	
<b>TOTAL</b>	<b>37.567</b>	<b>37.567</b>	<b>34.426</b>	<b>34.426</b>

Terra Mais Verde

DESIGNAÇÃO CONTA	2015		2014	
	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO
411 Partes de Capital		65.000		65.000
51 Património	100.000		100.000	
5X Interesses Minoritários Balanço		1.903		35.000
5x Interesses Minoritários Balanço		33.621	1.903	
8X Int Minoritários Dem Resultados	524			1.903
<b>TOTAL</b>	<b>100.524</b>	<b>100.524</b>	<b>101.903</b>	<b>101.903</b>

## a.2) Eliminação das transações intra – grupo

Emunibasto, EEM

DESIGNAÇÃO CONTA	2015		2014	
	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO
62 Fornecimentos e serviços externos				
63 Transf.sub cor conced e prest. Sociais				46.000
69 Custos e perdas extraordinários				54.000
712+713 Prestação de serviços				
74 Transferências e subsídios			100.000	
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>100.000</b>	<b>100.000</b>

Basto Vida

DESIGNAÇÃO CONTA	2015		2014	
	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO
62 Fornecimentos e serviços externos		574.724		581.793
63 Transf.sub cor conced e prest. Sociais		349.000		174.500
65 Outros Custos e Perdas Operacionais	144.665			0
69 Custos e perdas extraordinários				383.685
711+712 Prestação de serviços	430.019		751.493	
74 Transferências e subsídios	349.000		349.000	
44 Imobilizações em curso				169.800
2.745 Subsídios investimento			209.185	
76 Outros proveitos e ganhos operaciona	50		100	
<b>TOTAL</b>	<b>923.734</b>	<b>923.724</b>	<b>1.309.778</b>	<b>1.309.778</b>

## a.3) Eliminação de saldos intra – grupo

Emunibasto, EEM

DESIGNAÇÃO CONTA	2015		2014	
	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO
26 Outros devedores e credores	333.883		334.024	
59 Resultados transitados				140
26 Outros devedores e credores		333.883		333.883
<b>TOTAL</b>	<b>333.883</b>	<b>333.883</b>	<b>334.024</b>	<b>334.024</b>

## Basto Vida

DESIGNAÇÃO CONTA	2015		2014	
	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO
2745 Subsídios investimento			306.286	
59 Resultados Transitados				306.286
21 Clientes		14.395		45.751
22 Fornecedores	14.395		45.751	
<b>TOTAL</b>	<b>14.395</b>	<b>14.395</b>	<b>352.036</b>	<b>352.036</b>

## a.4) Anulação do MEP

DESIGNAÇÃO CONTA	2015	
	DÉBITO	CRÉDITO
411 Partes de Capital		1.613.131
78x	12.565	
55x	1.600.566	
<b>TOTAL</b>	<b>1.613.131</b>	<b>1.613.131</b>

## a.5) Anulação do imóvel doado pelo Município à Basto Vida

DESIGNAÇÃO CONTA	2015		2014	
	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO
44 Imobilizado em curso		52.788		
42x Edifícios e outras construções	183.750			
482x Edifícios e outras construções		27.563		
66x Amortizações do exercício	2.297			
274x Subsídios ao investimento		0		
59 Resultados Transitados	25.266	130.962		
<b>TOTAL</b>	<b>211.313</b>	<b>211.313</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>

## a.6) Anulação dos subsídios à Basto Vida

DESIGNAÇÃO CONTA	2015		2014	
	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO
44 Imobilizado em curso		169.800		169.800
274x Subsídios ao investimento	515.471	0	515.471	
59 Resultados Transitados		345.671		345.671
<b>TOTAL</b>	<b>515.471</b>	<b>515.471</b>	<b>515.471</b>	<b>515.471</b>

- b) Discriminação da rubrica “diferenças de consolidação”, com indicação dos métodos de cálculo adotados e explicitação das variações significativas relativamente ao exercício anterior;

Não aplicável

- c) Justificação dos casos excecionais em que não se tenha adotado o princípio da consistência na consolidação e avaliação dos seus efeitos no património, na posição financeira e nos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Não aplicável

- d) Situação em que foi utilizada a faculdade prevista no ponto iv) da alínea a) do item 3.5.4.1. das instruções do SATAPOCAL sobre a consolidação de contas, se o seu efeito sobre o património, a situação financeira e os resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação for materialmente relevante;  
Não aplicável
- e) Descrição dos acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados de uma entidade incluída no perímetro de consolidação que tenham ocorrido entre a data do balanço dessa entidade e a data do balanço consolidado;  
Não aplicável
- f) Informações que tornem comparáveis os sucessivos conjuntos de demonstrações financeiras no caso de se alterar significativamente, no decurso do exercício, a composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;  
Não aplicável.
- g) Indicação dos montantes dos ajustamentos excecionais de valor dos ativos feitos exclusivamente para fins fiscais e não eliminados da consolidação, juntamente com as razões que o determinaram;  
Não aplicável
- h) Indicação dos casos excecionais em que se utilizou a faculdade prevista na alínea b) do item 3.5.2.1. das instruções do SATAPOCAL sobre a consolidação de contas, bem como das razões que justificaram a sua utilização;  
As taxas de amortização praticadas pela empresa municipal decorrem de estimativas quanto ao período de vida útil dos bens sujeitos a depreciação. O Município amortiza os ativos de acordo com as taxas de amortização previstas no CIBE. No entanto, verifica-se que para alguns bens as taxas são coincidentes, para outros as diferenças são reduzidas. Assim, dada a imaterialidade do ajustamento e a complexidade no acompanhamento e controlo dos movimentos do imobilizado não foram introduzidos, nas demonstrações financeiras consolidadas qualquer ajustamento relativo há homogeneização das amortizações do exercício.
- i) Opção usada pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação quanto à contabilização das participações em entidades de natureza empresarial.  
As participações de capital noutras empresas encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

#### 5. 4. INFORMAÇÕES RELATIVAS AO ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS

- a) Descrição do endividamento consolidado de médio e longo prazos (art. 46.º, n.º 1, da LFL ), desagregada por rubrica patrimonial, de acordo com o seguinte mapa:

Endividamento consolidado de médio e longo prazo

Código/designação das contas	Dívidas a terceiros de médio/longo prazo			Eliminação dos créditos/dívidas recíprocos	Grupo público consolidado
	Município de Cabeceiras de Basto	de EMUNIBASTO, E.E.M., Basto Vida, e Terra Mais Verde	TOTAL		
1	2	3	4=2+3	5	6=4-5
23-Empréstimos obtidos	6.380.867	0	6.380.867		6.380.867
<b>Total</b>	<b>6.380.867</b>		<b>6.380.867</b>		<b>6.380.867</b>

b) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado e que se vençam nos quatro anos seguintes à data do balanço, desagregado por entidade, no caso apenas a Câmara Municipal.

Caracterização do empréstimo	Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Dívida em 31 de Dezembro de 2015
<b>Médio e longo prazos:</b>			
<b>Caixa Geral de Depósitos:</b>			
Empréstimo de 40.000 contos (Intempéries - DL 38-C/2001)	22-08-2001	20	71.609,63€
(I) - art.º 4º da Lei 2-A/2001 de 8/2			
Empréstimo de 134.810,11€ - Linha Bonificada Juros - DL 144/2000	18-07-2002	15	14.540,30€
(I) - art.º 7º da Lei 16-A/2002, de 31/05 - 1ª alteração à LOE/2002			
Empréstimo de 157.857,56€ - Linha Bonificada Juros - DL 144/2000	18-07-2002	15	18.911,14€
(I) - art.º 7º da Lei 16-A/2002, de 31/05 - 1ª alteração à LOE/2002			
Empréstimo de 199.303,93€ - Linha Bonificada Juros - DL 144/2000	18-07-2002	15	27.381,50€
(I) - art.º 7º da Lei 16-A/2002, de 31/05 - 1ª alteração à LOE/2002			
Empréstimo de 106.339,72€ - Linha Bonificada Juros - DL 144/2000	18-07-2002	15	17.649,54€
(I) - art.º 7º da Lei 16-A/2002, de 31/05 - 1ª alteração à LOE/2002			
Empréstimo de 750.724,40€ - Linha Bonificada Juros - DL 144/2000	23-08-2002	20	88.780,92€
(I) - art.º 7º da Lei 16-A/2002, de 31/05 - 1ª alteração à LOE/2002			
Empréstimo até 680.224,63€ - Investimento	18-11-2002	20	305.734,92€
(I) - art.º 7º da Lei 16-A/2002, de 31/05 - 1ª alteração à LOE/2002			
Empréstimo de 500.000€ (Amortizações efectuadas)	17-12-2002	20	227.336,28€
(N)			
Empréstimo até 99.510,75€ - Linha Bonificada Juros - DL 144/2000	22-01-2003	12	€
(N)			
Empréstimo até 691.210,00€ - artigo 20º da Lei n.º 107-B/2003, de 31/12	20-09-2004	20	369.702,29€
(N)			
Empréstimo até 752.000,00€ - artigo 19º da Lei n.º 55-B/2004, de 30/12	11-04-2005	20	418.470,06€
(N)			
Empréstimo até 445.455,60€ - Habitação Social em Arco de Baulhe	16-08-2006	25	292.574,02€
(I) - n.º 8º do art.º 33º da LOE/2006 - despacho n.º 22 262/2006, da Presid. Concelho de Ministros, publicado no D.R. n.º 212, 2ª série, de 03/11			
Empréstimo até 1.070.789,00€ - artigo 33º da Lei n.º 60-A/2005, de	06-11-2006	20	681.472,14€
(N)			
Empréstimo até 2.500.000,00€ - Financiamento complementar de	27-10-2008	20	1.937.413,03€
(N)			
Empréstimo até 976.121,29€ - Financiamento complementar destinado	28-01-2009	20	759.649,30€
(I) - n.º 6, artº 39º da Lei 2/2007, de 15/01			
Empréstimo até 700.000,00	06-10-2010	20	608.644,63€
(N)			
<b>Banco Espírito Santo:</b>			
Empréstimo a Longo Prazo (artigo 19º da Lei nº 32-B/2002 de 30/12)	24-07-2003	20	157.664,00€
(N)			
<b>Direcção-Geral do Tesouro e Finanças:</b>			
Programa Pagar a Tempo e Horas - Empréstimo até 766.667,00€	30-09-2008	10	383.333,50€
(N)			
<b>Total Médio e Longo Prazo ...</b>			<b>6.380.867,20€</b>
<b>Total Geral ...</b>			<b>6.380.867,20€</b>
*) Anos decorridos após o ano em que foram contraídos os empréstimos			
a) Utilizar (I), se estiver isento do limite de endividamento, indicando a legislação aplicável, e (N), no caso contrário			



5.5 INFORMAÇÕES SOBRE SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS

Descrição dos saldos e dos fluxos financeiros (art.º 46.º, n.º 1, da LFL), desagregada por tipo, de acordo com o seguinte mapa:

Município de Cabeceiras de Basto/EMUNIBASTO										
Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anul.no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídas no exercício	Anul.no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências					0					0
Subsídios		0		0	0					0
Empréstimos					0					0
Relações comerciais					0					0
Part. Cap numerário					0					0
Part. Cap espécie					0					0
Outros	333.883	0			333.883					0
Total	333.883	0	0	0	333.883	0	0	0	0	0

EMUNIBASTO/Município de Cabeceiras de Basto										
Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anul.no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídas no exercício	Anul.no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências					0					0
Subsídios					0		0		0	0
Empréstimos					0					0
Relações comerciais					0					0
Part. Cap numerário					0					0
Part. Cap espécie					0					0
Outros					0	333.883				333.883
Total	0	0	0	0	0	333.883	0	0	0	333.883

Município de Cabeceiras de Basto/Basto Vida										
Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anul.no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídas no exercício	Anul.no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências					0					0
Subsídios		349.000		349.000	0					0
Empréstimos					0					0
Relações comerciais		574.734		560.339	14.395					0
Part. Cap numerário					0					0
Part. Cap espécie					0					0
Outros					0					0
Total	0	923.734	0	909.339	14.395	0	0	0	0	0

Basto Vida/Município de Cabeceiras de Basto										
Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anul.no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídas no exercício	Anul.no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências					0					0
Subsídios					0		349.000		349.000	0
Empréstimos					0					0
Relações comerciais					0		574.734		560.339	14.395
Part. Cap numerário					0					0
Part. Cap espécie					0					0
Outros					0	0	0		0	0
Total	0	0	0	0	0	0	923.734	0	909.339	14.395

Não existiram fluxos financeiros entre a Régie Cooperativa Terra Mais Verde e o Município.

**5.6 – INFORMAÇÕES RELATIVAS A COMPROMISSOS**

a) Montante global dos compromissos financeiros que não figurem no balanço consolidado, no caso em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação, incluindo, relativamente às entidades que adotem o POCAL, a discriminação, por agrupamento económico, dos valores que devem ser refletidos nas contas da classe 0 relativas aos compromissos para exercícios futuros;  
 Não existem outros compromissos financeiros para além dos que constam do Balanço.

b) Descrição das responsabilidades das entidades incluídas no perímetro de consolidação por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a sua natureza e mencionando expressamente as garantias reais, com indicação da norma legal habilitante.  
 Não existem responsabilidades por garantias prestadas.

**5.7 – INFORMAÇÕES RELATIVAS A POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

a) Critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas e os métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente no que diz respeito às amortizações, aos ajustamentos e às provisões;

RUBRICA	CMCB	EMUNIBASTO
Bens de Domínio Público	Custo de produção ou de aquisição, valor de avaliação/valorização quando da aplicação do POCAL Depreciações sistemáticas de acordo com o CIBE-Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril.	Não aplicável
Imobilizado Corpóreo/ativo fixo tangível	Custo de produção ou de aquisição; Bens obtidos a título gratuito-valor resultante da avaliação ou VPT, caso não seja exequível, o imobilizado assume valor zero; Depreciações sistemáticas de acordo com o CIBE-Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril.	Custo de produção ou de aquisição; Depreciações calculadas pelo método da linha reta de acordo com a vida útil esperada
Imobilizado Incorpóreo/ativo intangível	Despesas de instalação, investigação e desenvolvimento amortizadas num prazo máximo de 5 anos.	Não aplicável
Investimentos financeiros	Custo de aquisição; Quando, a data do balanço, os investimentos financeiros apresentarem um valor de mercado inferior ao contabilístico, deve ser reconhecido um ajustamento.	Não aplicável

Existências	Custo de aquisição;  Custeio das saídas: FIFO	Não aplicável
Dívidas de/a terceiros	Reconhecidas de acordo com o valor dos documentos que as titulam	Custo de aquisição
Disponibilidades	Expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos.	Expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos.

**b) Cotações utilizadas para a conversão em euros dos elementos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas que sejam ou tenham sido originariamente expressos em moeda estrangeira diferente.**

Não existem saldos em moeda estrangeira

#### 5. 8. – INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINADAS RUBICAS

**a) Comentário das rubricas «despesas de instalação» e «despesas de investigação e de desenvolvimento»;**

Não aplicável

**b) Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respectivas amortizações, ajustamentos e provisões;**

## ACTIVO BRUTO

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação / Ajustamentos	Aumentos	Alienações	Transferências Abates	Saldo Final
<b>De bens de domínio público</b>						
Terrenos e Recursos Naturais	678.903					678.903
Edifícios						
Outras construções e Bens do património histórico, artístico e cultural	67.407.043		2.997.460		-17.694	70.386.809
Outros bens de domínio público	964.305					964.305
Imobilizações em curso	1.826.857		1.791.563		-2.000.713	1.617.707
Adiantamentos por conta de bens do domínio público						
	<b>70.877.109</b>	<b>0</b>	<b>4.789.023</b>	<b>0</b>	<b>-2.018.407</b>	<b>73.647.724</b>
<b>De imobilizações incorpóreas:</b>						
Despesas de instalação						
Despesas de investigação e de desenvolvimento						
Propriedade industrial e outros						
Imobilizações em curso						
Adiantamentos por conta de						
Outras						
<b>De imobilizações corpóreas:</b>						
Terrenos e recursos naturais	5.796.032		199.300			5.995.332
Edifícios e outras construções	39.730.020	183.750	36.750			39.950.520
Equipamento básico	847.406		6.992		-1.161	853.238
Equipamento de transporte	1.597.661		89.732		-3.304	1.684.089
Ferramentas e utensílios	29.407		15.686			45.092
Equipamento administrativo	1.392.386		187.619		2.187	1.582.192
Taras e vasilhame						
Grandes reparações	407.899					407.899
Outras imobilizações corpóreas	3.389.995		13.024		-1.435	3.401.584
Imobilizações em curso	11.272.980	-52.788	1.102.375		-1.484.968	10.837.600
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas						
	<b>64.463.786</b>	<b>130.962</b>	<b>1.651.478</b>	<b>0</b>	<b>-1.488.681</b>	<b>64.757.546</b>
<b>De investimentos financeiros:</b>						
Partes de capital	110.424		1.617.781			1.728.205
Obrigações e títulos de			572.851			572.851
Investimentos em imóveis						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Outras aplicações financeiras						
Depósitos em instituições						
Títulos da dívida pública						
Outros títulos						
Imobilizações em curso						
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros						
	<b>110.424</b>	<b>0</b>	<b>2.190.631</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.301.055</b>

## AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
<b>AMORTIZAÇÕES</b>				
<b>De bens de domínio público</b>				
Terrenos e Recursos Naturais				
Edifícios				
Outras construções e infraestruturas	32.817.825	3.424.249	-6.621	36.235.453
Bens do património histórico, artístico e cultural				
Outros bens de domínio público	101.024	6.560		107.585
	<b>32.918.849</b>	<b>3.430.809</b>	<b>-6.621</b>	<b>36.343.037</b>
<b>De imobilizações incorpóreas:</b>				
Despesas de instalação				
Despesas de investigação e de desenvolvimento				
Propriedade industrial e outros direitos				
<b>De imobilizações corpóreas:</b>				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	3.811.116	465.952	27.563	4.304.631
Equipamento básico	577.232	44.992	-650	621.574
Equipamento de transporte	1.435.426	53.248	-3.304	1.485.369
Ferramentas e utensílios	28.595	2.562		31.157
Equipamento administrativo	1.256.113	115.445	3.988	1.375.546
Taras e vasilhame				
Outras imobilizações corpóreas	2.501.811	193.751	-1.276	2.694.286
	<b>9.610.294</b>	<b>875.950</b>	<b>26.320</b>	<b>10.512.564</b>
<b>De investimentos financeiros:</b>				
Partes de capital				
Obrigações e títulos de participação				
Investimentos em imóveis				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções				
Outras aplicações financeiras				
Depósitos em instituições financeiras				
Títulos da dívida pública				
Outros títulos				
	<b>42.529.143</b>	<b>4.306.760</b>	<b>19.699</b>	<b>46.855.602</b>
<b>PROVISÕES</b>				
Para cobranças duvidosas		146.813		146.813
Débitos ao tesoureiro (anos anteriores)		146.813		146.813
Para riscos e encargos		759.117		759.117
Processos judiciais em curso		759.117		759.117

c) Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período;

Os custos com os empréstimos obtidos são reconhecidos como custos do período em que ocorrem.

d) Montante dos ajustamentos de valor dos ativos abrangidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram;

Não aplicável

e) Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados, e os respetivos preços de mercado;

Não aplicável

f) Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado;

Não aplicável

g) Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor;

Não aplicável

h) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão.

Não aplicável

i) Diferença, quando levada ao ativo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas, quando aplicável;

Não aplicável

j) Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades;

MAPA DE VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

<i>Vendas e prestações de serviços</i>	<i>Montante</i>	<i>%</i>
<b>Vendas</b>		
<i>Mercadoria</i>	4.586	0,2%
<i>Água</i>	395.025	18,4%
	<b>399.612</b>	<b>18,7%</b>
<b>Prestação de serviços</b>		
<i>Resíduos sólidos</i>	341.361	15,9%
<i>Trabalhos por conta de particulares</i>	9.012	0,4%
<i>Instalações desportivas, culturais e recreativas</i>	257.217	12,0%
<i>Educação</i>	248.297	11,6%
<i>Outros</i>	887.040	41,4%
<b>TOTAL</b>	<b>2.142.538 €</b>	<b>100,0%</b>

k) Efeitos na determinação do resultado consolidado do exercício resultantes de critérios de valorimetria não previstos na alínea b) do item 3.5.2.1. das instruções do SATAPOCAL sobre a consolidação de contas, e decorrentes de amortizações e de provisões extraordinárias efetuados com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informações adicionais quando tal valorimetria tiver influência materialmente relevante nos impostos futuros do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Não aplicável

l) Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros;

Não aplicável

m) Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial;

**PERÍODO DE GESTÃO DE 01/01 A 31/12 DE 2015**

Nome	Órgão Executivo Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto	Conselho de Administração Emunibasto		Conselho de Administração Basto Vida		Conselho de Administração Terra Mais Verde		Órgão de Fiscalização				
	Situação na entidade	Remuneração líquida	Situação na entidade	Remuneração líquida	Situação na entidade	Remuneração líquida	Situação na entidade	Remuneração	CMCB	Emunibasto	Basto Vida	Terra Mais Verde
Serafim China Pereira	Presidente (01/01/2015 a 09/03/2015)	7.591,60€										
Francisco Luís Teixeira Alves	Presidente (03/2015 a 31/12/2015)	25.235,53€										
Jorge Agostinho Borges Machado	Vereador											
Francisco Luis Teixeira Alves	Vice-Presidente (01/01/2015 a 09/03/2015)	3.711,08€										
Ana Paula Magalhães Carvalho	Vereadora											
Deolinda Isabel Costa Coutinho	Vereadora a tempo inteiro	23.989,62€										
Helder Emanuel Teixeira Vaz	Vereador											
Mário António Jesus Leite	Vereador											
Alfredo Magalhães Silva	Vereador a meio tempo (13/03/2015 a 31/12/2015)	11.043,88€										
Ana Paula Martins Rego (*)	Vereador											
Marco Filipe Vieira Gomes (*)	Vereador											
Francisco da Silva Correia (*)	Vereador											
Domingos Fernandes Borges Monteiro (*)	Vereador											
Maria de Fátima Neiva Oliveira			Liquidatária	- €								
Joaquim Barroso de Almeida Barreto					Presidente	- €						
Maria de Fátima Neiva Oliveira					Tesoureira	3.757,84 €						
Catarina Micaela Magalhães Alves Ramos					Secretária	5.280,16 €						
Luís Filipe Gomes Lopes					Presidente da Direção-Associação de desenvolvimento Rural Mútua							
Marcia Andreia Rodrigues Fonseca e Barros					1ª Vogal da Direção - Município de Cabeceiras de Basto							
Fernando Móises Saldanha					2ª Vogal da Direção- Grupo Emiliano Saldanha, Lda.							
Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados, SROC, Lda.									17.988,75 €	4.428,00 €		

(\*) Em substituição

n) Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento da inflação adotados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação;

Não aplicável

o) Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações;

Não aplicável

p) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior;

Não aplicável

q) Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Código das	Custos e Perdas	Exercícios		Código das	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2015	2014			2015	2014
681	Juros suportados	70.755	92.951	781	Juros obtidos	2.962	691
682	Perdas em entidades participadas			782	Ganhos em entidades participadas	14.896	9.826
683	Amortizações de investimentos em imóveis			783	Rendimentos de imóveis		
684	Provisões para aplicações financeiras			784	Rendimentos de participações de capital		
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis			785	Diferenças de câmbio favoráveis		
				786	Descontos de pronto pagamento obtidos		
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria			787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		
688	Outros custos e perdas financeiros	56.470	64.556				
	Resultados Financeiros	-108.412	-143.939	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	955	3.051
		18.813	13.568			18.813	13.568

r) Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Código das	Custos e Perdas	Exercícios		Código das	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2015	2014			2015	2014
691	Transferências de capital concedidas	276.813	201.977	791	Restituição de impostos		
692	Dívidas incobráveis			792	Recuperação de dívidas		
693	Perdas em existências			793	Ganhos em existências		
694	Perdas em imobilizações	0	125.219	794	Ganhos em imobilizações	21.753	38.727
695	Multas e penalidades			795	Benefícios de penalidades contratuais	13.105	17.332
696	Aumentos de amortizações e provisões			796	Reduções de amortizações e de provisões		
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	78.169	9.740	797	Corecções relativas a exercícios anteriores	6.921	7.962
698	Outros custos e perdas extraordinários	548	1.967	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	658.133	640.361
				799	Outros proveitos		
	Resultados Extraordinários	344.381	365.479				
		699.912	704.382			699.912	704.382

s) Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício;

Não aplicável

t) Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos;

Não aplicável

u) Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas;

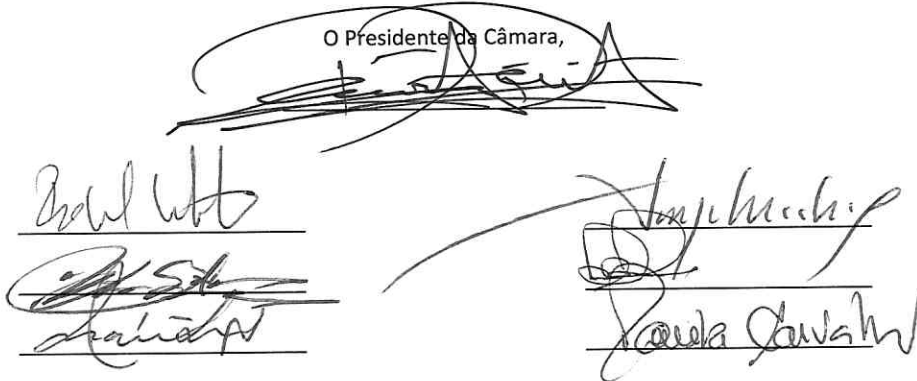
Não aplicável



**APROVAÇÃO PELA CÂMARA MUNICIPAL**

O presente processo referente à Consolidação de Contas do ano de 2015, foi aprovado por 3 votos a favor e 4 abstenções, pela Câmara Municipal, de harmonia com o disposto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua reunião realizada no dia 13/06/2016, para ser presente à Assembleia Municipal.

O Presidente da Câmara,



Handwritten signatures of the President of the Municipality and several council members.

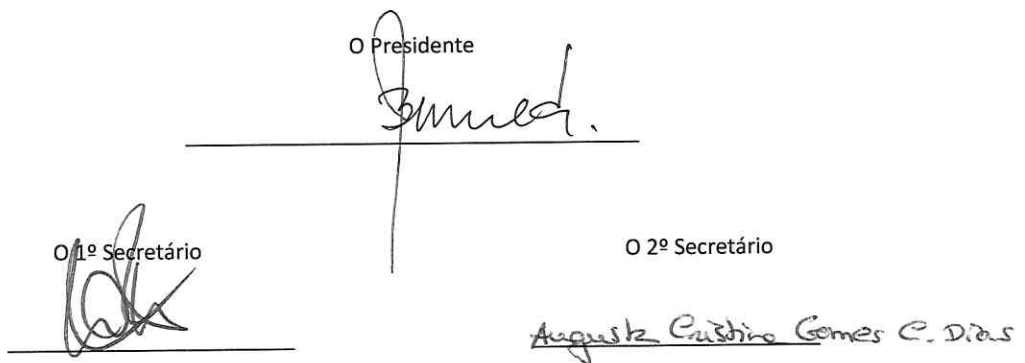
**APROVAÇÃO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

As Contas Consolidadas referentes ao ano de 2015, que antecedem, foram presentes e aprovadas em sessão ordinária da Assembleia Municipal, que se realizou em 24/06/2016, tendo todas as folhas e anexos sido rubricados pelos elementos da mesa, que abaixo assinam.

O Presidente

O 1º Secretário

O 2º Secretário



Handwritten signatures of the President and the two Secretaries of the Municipality.



CSA Auditores

Gaspar Castro, Romeu Silva  
& Associados, S.R.O.C., Lda.

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo **Município de Cabeceiras de Basto** as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2015, (que evidencia um total de 97 519 107 euros e um total de Fundos Próprios de 56 815 596 euros, incluindo um Resultado Líquido negativo de 1 262 254 euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Câmara a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das entidades incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. Excepto quanto às limitações descritas nos parágrafos nº 7 a 9 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

sede:

Edif. Parque das Hortas, 220 - M/N - 4810-275 Guimarães  
tel. 253 439 250 - fax 253 439 259

Praça Camilo Castelo Branco, 31 - S. 43 - 4700-209 Braga  
tel. 253 201 300/5 - fax 253 201 302

NIPC 504 078 500 - OROC nº 153  
Capital Social 10.000,00eur



## CSA Auditores

Gaspar Castro, Romeu Silva  
& Associados, S.R.O.C., Lda.

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela administração, utilizadas na sua preparação;
  - a verificação das operações de consolidação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## Reservas

7. Mantém-se a impossibilidade de validar integralmente o reconhecimento contabilístico do ativo imobilizado do Município, com efeitos no cômputo dos valores do ativo, das amortizações e dos trabalhos para a própria entidade.
8. Mantém-se a impossibilidade de validar o saldo da rubrica de subsídios ao investimento e a correspondente imputação a proveitos.
9. Não foi possível validar a integralidade e valorimetria das Existências e, bem assim, os correspondentes efeitos ao nível do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas.

## Opinião

10. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos nº 7 a 9 acima, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam



CSA Auditores

Gaspar Castro, Romeu Silva  
& Associados, S.R.O.C., Lda.

de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Município de Cabeceiras de Basto** em 31 de Dezembro de 2015, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

## Ênfases

11. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para os seguintes factos:

- a. A empresa Municipal Emunibasto, E.M., que integra o perímetro de consolidação, encontra-se em processo de liquidação decorrente da aplicação da Lei 50/2012, de 31 de agosto – de onde poderão decorrer alterações no referido perímetro.
- b. Retiramos a reserva do exercício anterior relativa a eventuais contingências e necessidades de provisões sobre situações de contencioso pendentes nos tribunais, uma vez que as mesmas foram refletidas nas demonstrações financeiras do exercício.
- c. Retiramos a reserva do exercício anterior relativamente ao não reconhecimento da responsabilidade pela realização de Fundo de Apoio Municipal, no montante de € 527.000, uma vez que o mesmo foi reconhecido no presente exercício.

## Relato sobre outros requisitos legais

12. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Braga, 6 de junho de 2016

GASPAR CASTRO, ROMEU SILVA & ASSOCIADOS – SROC, LDA (N.º.153)

Representada por

Gaspar Vieira de Castro, ROC 557

sede:

Edif. Parque das Hortas, 220 - M/N - 4810-275 Guimarães  
tel. 253 439 250 - fax 253 439 259

Praça Camilo Castelo Branco, 31 - S. 43 - 4700-209 Braga  
tel. 253 201 300/5 - fax 253 201 302

NIPC 504 078 500 - OROC n.º 153  
Capital Social 10.000,00eur



CSA Auditores

Gaspar Castro, Romeu Silva  
& Associados, S.R.O.C., Lda.

## RELATÓRIO E PARECER DO AUDITOR EXTERNO

### EXERCÍCIO DE 2015

Na qualidade de auditores externos nomeados nos termos do artº.77º., nº.2, da Lei nº. 73/2013, incumbe-nos emitir parecer sobre as **Contas Consolidadas do Município de Cabeceiras de Basto** relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, o que vimos fazer nos termos seguintes:

**1. Em termos de enquadramento, devemos referir que:**

- a) As contas sobre que nos pronunciamos são as contas consolidadas;
- b) O desenvolvimento dos nossos trabalhos contou com a colaboração, por parte do Município, dos intervenientes e responsáveis aos diversos níveis, e que implementaram durante o exercício algumas das medidas por nós formalmente sugeridas anteriormente. Importa, todavia, prosseguir na melhoria do tratamento da informação, no sentido de eliminar as limitações expressas na certificação legal de contas.

**2. No quadro das normas aplicáveis, considerando especialmente o disposto nos os artº.s 76º. e 77º. Da Lei nº.73/2013, de 3 de Setembro, procedemos,**

- a) à verificação da regularidade dos livros, registos e respectivos suportes documentais;
- b) à verificação dos valores patrimoniais do Município e demais entidades incluídas no perímetro de consolidação;
- c) à análise dos procedimentos de controlo interno (contabilístico e administrativo) instituídos e à respectiva efectividade de aplicação;
- d) à análise das Demonstrações Financeiras Consolidadas, dos princípios contabilísticos subjacentes à sua elaboração, bem como do Relatório de Gestão Consolidado;

**3. Os procedimentos seguidos permitem-nos formar a opinião de que:**

- a) a Contabilidade, as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão Consolidados satisfazem as disposições legais e reflectem a actividade e a situação patrimonial e



**CSA Auditores**

Gaspar Castro, Romeu Silva  
& Associados, S.R.O.C., Lda.

financeira do Município no exercício em causa, nos termos da opinião que nesta data expressamos na certificação legal das contas consolidadas – onde, sem registar situações de desacordo, expressamos contudo limitações de âmbito associadas a necessidades de melhoria da informação;

- b) não detetamos factos que entendamos dever comunicar nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 77.º da Lei 73/2013;
- c) o Município cumpriu o estipulado no art.º 17.º da Lei 53/2014, reconhecendo no ativo e passivo a sua contribuição para o capital do FAM (Fundo de Apoio Municipal);
- d) poderá ser melhorada a execução dos procedimentos de controlo interno e de relação entre reconhecimento contabilístico, financeiro e orçamental – aspetos que desenvolveremos em carta de recomendações a entregar à Câmara e que nos propomos continuar a acompanhar no desenvolvimento corrente dos trabalhos de auditoria.

**4. Tudo ponderado e como conclusão, somos de parecer que:**

- a) as contas consolidadas do Município e o respectivo Relatório de Gestão – devendo embora ser vistas à luz dos esclarecimentos que integram, especialmente no próprio Relatório, bem como das notas anteriores, – merecem uma apreciação positiva;

e devemos salientar o espírito de colaboração com que podemos contar por parte da Câmara Municipal e de todos os responsáveis aos diversos níveis, que agradecemos.

Braga, 6 de junho de 2016

GASPAR CASTRO, ROMEU SILVA & ASSOCIADOS – SROC, LDA. (N.º 153)  
Representada por  
Gaspar Vieira de Castro, ROC 557